

DECLÍNIO DO IMPÉRIO, CRISE EM ESCALA GLOBAL E O RISCO DE PREVISÕES

Daniela Alarcon
Jornalista

Uma longa história de previsões (frustradas) acerca do iminente declínio ou da consolidação definitiva do império americano; os antecedentes da crise financeira de 2008 e a política econômica do governo Barack Obama; os efeitos mundiais das opções políticas dos EUA e as perspectivas para a esquerda contemporânea. Estes foram alguns dos temas debatidos por Luiz Bernardo Pericás, Antonio Celso Ferreira, Vitor Schincariol, Miriam Nobre e Edgardo Loguercio, na mesa-redonda “Os EUA: entre potência e decadência”

Fotos: Daniel Garcia



A polêmica em torno da hegemonia dos Estados Unidos (EUA) no plano internacional, reacendida pela crise financeira de 2008, tem sido recorrente desde, pelo menos, a década de 1960. Reunindo, em um extremo, interpretações propondo o declínio do império, e, em outro, previsões em torno da manutenção ou ampliação de seu poderio, o debate tem se caracterizado, comumente, pela elaboração de cenários futuros que terminam frustrados pela realidade. Em sua exposição na mesa-redonda “Os EUA: entre potência e decadência”, Luiz Bernardo Pericás delineou um panorama histórico apresentando algumas tendências e interpretações sobre o relativo e contínuo declínio do poder e posição internacional do país, que teria se acelerado no século 21, deitando raízes, contudo, em meados da década de 1970. Graduado em História pela George Washington University, Pericás é mestre e doutor em História Econômica pela USP e professor-pesquisador visitante no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

Já na década de 1970, assinala Pericás, críticos estadunidenses situados tanto à esquerda como à direita no espectro político — Gus Hall, Harry Magdoff e Robert H. Bork, entre outros — mostravam-se céticos em relação à manutenção da hegemonia dos EUA no cenário mundial. Na mesma época, alguns críticos soviéticos vaticinavam o iminente declínio americano e a prevalência da União Soviética (URSS) no sistema mundial, sem, contudo, serem



Professor Luiz Bernardo Pericás

capazes de prever o desmantelamento do próprio bloco comunista. “Fazer previsões e análises de futurologia, previsões de médio e longo prazo, é muito perigoso”, pondera Pericás.

As teses do novo programa do Partido Comunista soviético publicadas em 1961, lembra o professor, afirmavam que a URSS se tornaria comunista em 1980 e as bases materiais até lá já estariam plenamente desenvolvidas, ou seja, a URSS ultrapassaria os EUA na produção *per capita* entre 1961 e 1970, um período de menos de dez anos; as fazendas coletivas se transformariam em empresas altamente produtivas e rentáveis; até 1970, a URSS seria o país com a menor jornada de trabalho do mundo (em torno de 20 horas semanais); e o país estaria altamente desenvolvido em termos de automação. “No final, a União Soviética venceria a competição com os Estados Unidos — seria o país que iria prevalecer no cenário

internacional. Como nós sabemos, isso não aconteceu”.

Quando findou aquilo que se convencionou chamar de “anos dourados” — período de intenso crescimento econômico observado nos EUA e em outros países, que se estendeu entre 1950 e 1973 — tornaram-se evidentes as dificuldades vividas pela potência norte-americana na política externa, nas questões sociais internas, no campo da política institucional e mesmo na economia. “Ainda assim, por mais problemas que os EUA pudessem enfrentar, com o fim do sistema soviético, eles saem como o líder do suposto mundo unipolar. E vai haver, então, um surto triunfalista. Os neoconservadores achavam que os EUA poderiam reconfigurar o mapa mundial, principalmente o Oriente Médio, e permanecer como um império vasto e duradouro, com ramificações em todo o planeta”. Remontam à década de 1990 interpretações prevendo a consolidação do sistema capitalista e do poder dos EUA, como a conhecida tese de Francis Fukuyama (“fim da história”). E, assim, atravessou-se uma década sem que despontassem adversários externos que pudessem fazer frente ao projeto de hegemonia estadunidense.

No último período — marcado pelo incidente de 11 de setembro de 2001, pelas guerras do Afeganistão e Iraque, pela crise financeira de 2008, pela ascensão de movimentos antiglobalização e pelo fortalecimento de países como a China — os EUA teriam se distanciado ainda mais da imagem cristalizada nos “anos gloriosos”. “Mesmo

assim, alguns analistas norte-americanos mais otimistas, chamados *deniers* (negacionistas), se recusam a acreditar no fim do império americano”, diz Pericás. Apesar de outros países apresentarem Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* superior, os EUA detêm um mercado interno maior, grande quantidade de recursos naturais e a liderança no desenvolvimento de ciência e tecnologia. “São fatores comparativos que, segundo esses analistas, garantiriam a possibilidade de os EUA se reconstruírem, se reinventarem nesse período de crise e saírem, ainda, como a grande potência hegemônica.”

Por outro lado, em 2008, o Conselho Nacional de Inteligência dos EUA admitiu pela primeira vez que o poder global do país encontrava-se em uma trajetória descendente. Um de seus relatórios periódicos apontava como uma das razões para tanto a transferência da riqueza global e do poder econômico do Ocidente para o Oriente, em velocidade sem precedentes na história moderna. Ainda assim, apostava que o declínio seria longo e suave. Outros, porém, vêm prevendo uma queda mais acelerada. “Há aqueles que defendem com veemência que os EUA estão se encaminhando para o fim como império e grande potência hegemônica no mundo, em prazo relativamente breve. Mais recentemente, vários acadêmicos, estudiosos e jornalistas vêm escrevendo novamente sobre o ‘declínio’ do império americano”, observa Pericás, lembrando nomes como Noam Chomsky, Immanuel Wallerstein, Alfred McCoy, Fred Shore, Robert Samuelson e Luiz Alberto Moniz Bandeira. Para essa

vertente, “o chamado ‘século americano’, que foi proclamado no começo da Segunda Guerra Mundial, já estará nos seus estertores por volta de 2025 e pode acabar em 2030 — seria um século menor que um século”.

“A decadência do império é visível, ainda que se mantenha como a maior potência militar e econômica do planeta”, diz Antonio Celso Ferreira. Mas “é preciso admitir que estamos diante de uma crise não só europeia ou norte-americana, mas de uma crise dos sistemas em escala global”. O êxito dos BRICS “não deve nos iludir”

Para Antonio Celso Ferreira, os EUA vivem uma trajetória de declínio. “A decadência do império do norte é visível, ainda que ele se mantenha como a maior potência militar e econômica do planeta”, sentencia o professor titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Refletindo sobre a continuidade da escalada militar dos Estados Unidos; a crescente retórica bélica, manifestada tanto por republicanos quanto por democratas; e os indícios de que o sistema de segurança dos EUA vem ganhando



Professor Antonio Celso Ferreira

cada vez mais autonomia, vaticina: “Provavelmente, não teremos calmaria nos próximos anos”.

Contudo, tentativas de elocubrar quantas décadas levará o processo de declínio dos EUA constituem, na avaliação de Ferreira, um exercício enganoso. “Proceder dessa maneira equivale a acreditar na lógica do próprio sistema. Melhor seria admitir imprevistos em nossas hipóteses. Nos últimos meses e anos, pudemos observar uma série de imprevistos de ordem política, militar, financeira. Porque o sistema se desorganiza, com alguma coisa fora do lugar”, comenta, aludindo aos feitos de Edward Snowden e Julian Assange. “Além disso, é preciso admitir, conforme dizem os melhores analistas, que estamos diante de uma crise não só europeia ou norte-americana, mas de uma crise do sistema (ou dos sistemas) em escala global. O sucesso dos BRICS [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] não deve nos



Professor Vitor Schincariol

iludir: somos parte do mesmo modelo corroído. Continuaremos a apostar em um Brasil de classe média, uma economia organizada em torno do consumo?”

Nesse quadro, enfatiza o professor, torna-se fundamental o desenvolvimento de reflexões no campo da esquerda que ultrapassem as “ilusões do sistema”, considerando, sobretudo, os impactos das novas tecnologias sobre os diversos sistemas políticos e o conjunto das instituições. “Sabemos um pouco sobre o poder dissolvente dessas tecnologias na cultura e em nosso cotidiano, e o poder gerador de novos sistemas de biopoder mais autônomos ou totalmente controlados. Há ainda governos? Que tipo de governos? Eu tendo a dizer que o rei está nu, que os sacrários foram desvelados, que esses governos mais parecem simulações, um mundo à parte que teima em governar o ingovernável, mas que, na verdade,

são governados por sistemas”.

A elaboração de teorias em torno de processos em relação aos quais não dispomos de distanciamento temporal impõe dilemas e limites, pondera o professor. “Sabemos da relação sempre complexa entre passado e presente. A história nunca é um porto seguro para ancorar o presente; caso fosse, bastaria buscar os exemplos da decadência do Império Romano e de outros impérios para explicar os nossos dias. A conjuntura atual alarga em muito o risco de praticarmos anacronismos em nossas análises — exemplo disso é o uso abusivo nas noções de fascismo e totalitarismo para designar movimentos até então desconhecidos entre nós ou os estados de exceção atuais”, diz. “Parece que as nossas teorias são lentas ou lineares demais diante da precipitação atual dos acontecimentos, com incrível velocidade, e da sua intrincada teia de significados. O que nos leva a perguntar: como marcar a origem e delinear os processos que levaram ao atual estado do mundo? Aliás, o mundo não foi sempre convulso? O que há de específico hoje? No momento, estamos assujeitados aos processos, de modo que só podemos vigiá-los e tentar compreendê-los com as ferramentas rudimentares disponíveis”.

“De fato, a economia dos EUA apresenta, ao longo dos últimos trinta anos, um declínio, particularmente no investimento produtivo”, concorda Vitor Schincariol, professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC), que em sua tese de doutoramento analisou o processo de endividamento externo da economia estaduni-

dense no período 1980-2004. “Nesse aspecto, ela vem realmente perdendo posições na economia mundial, do ponto de vista industrial”. A economia estadunidense foi particularmente impactada pelas crises do petróleo (1973 e 1979) e pelo aumento da taxa de juros pelo FED (*Federal Reserve*, o banco central), no final da década de 1970, que teve como intuito a redução da inflação e provocou uma redução no investimento interno. “Os EUA entram na economia internacional como um competidor de capital importante; entram em uma lógica econômica que é mais de financeirização que de investimento produtivo local”.

A política econômica adotada nas duas administrações Bush terminou de compor o cenário para eclosão da crise de 2008. A candidatura de Bush, lembra Schincariol, foi engendrada no seio do setor petrolífero e da indústria bélica, constituindo um “contragolpe do complexo industrial-militar”

Alguns analistas, explica Schincariol, identificam aí o início de um processo que se estenderia até meados dos anos 2000: o endividamento externo progressivo da economia

norte-americana, permitindo o aumento do consumo interno. “Como contrapartida dessa saída que o governo dos EUA deu para a crise dos anos 70, o dólar se manteve como uma moeda mais ou menos fortalecida na economia internacional — de fato, segue até hoje como a grande moeda de reserva — e os déficits comerciais da economia se intensificaram bastante”. Assim, destaca o professor da UFABC, os EUA abandonaram o que seria uma “posição de hegemonia um pouco mais gloriosa”, reduzindo a colocação de capital financeiro no exterior, por meio de empréstimos, e “aparecem como a nação mais rica do mundo, mas que vai drenando capital do mundo — uma situação bastante perversa, do ponto de vista econômico”. Como reverso da grande entrada de capital registrada na economia estadunidense nos últimos trinta anos, o país perdeu posições no comércio internacional, em decorrência da valorização do dólar e do déficit na balança de pagamentos.

A enorme alocação de recursos na área militar, sobretudo no governo Ronald Reagan, também impactou negativamente a economia estadunidense, já que se trata de um setor improdutivo. “Nós temos uma potência imperial ou hegemônica — podemos discutir a classificação — que aparece nos últimos 25, 30 anos como uma potência que compete no mercado internacional por capitais, uma potência que investe boa parte dos seus recursos fiscais no setor militar (30% a 35%, atualmente) e que vai perdendo competitividade, do ponto de vista das suas exportações. Os EUA aparecem como



Eduardo Loguercio e Miriam Nobre

uma potência que aponta para um caminho menos imperial, incapaz de manter sua posição tradicional de dominadora, tal como nós vimos ao longo do século 20”.

Na década de 1990, comenta Schincariol, a despeito de mudanças no cenário internacional, a economia estadunidense não se alterou a ponto de eliminar as deficiências acumuladas nos anos anteriores. Por um lado, os EUA registraram um nível de crescimento econômico razoável, ainda que sobre bases frágeis. Novos setores, como as telecomunicações e a Internet, despontaram e, finda a Guerra Fria, havia condições políticas para diminuir os investimentos no setor militar. Além disso, o país foi capaz de impor o dólar e seguiu atraindo recursos internacionais. “Por outro lado, um dos aspectos mais centrais da política econômica dos EUA ao longo dos anos 80 e 90 é a desregulação da economia, particularmente do setor financeiro

— o chamado neoliberalismo, aplicado à política econômica interna, e não só ao exterior. O crescimento do neoliberalismo nos EUA e, particularmente, dessa ideologia de que o mercado resolve tudo vai criar uma das condições centrais para o estabelecimento da crise de 2008”.

A política econômica adotada nas duas administrações Bush terminará de compor o cenário para a eclosão da crise. A candidatura de Bush, lembra Schincariol, foi engendrada no seio do setor petrolífero e da indústria bélica, constituindo um “contragolpe do complexo industrial-militar”. Os acontecimentos de 11 de setembro justificariam a exacerbação da política imperialista norte-americana, incluindo a ocupação do Afeganistão e do Iraque, assim como a reversão da queda nos investimentos militares, que havia sido registrada na década anterior. No plano da política econômica, o governo manteve as características



Exposição do professor Antonio Celso Ferreira

clássicas do que se conhece como *reganomics*, em alusão ao presidente Reagan: déficit fiscal e redução de impostos cobrados dos setores mais ricos e dos monopólios. Além disso, registrou-se uma enorme queda na taxa de juros e uma taxa de crescimento considerável do setor imobiliário, menos exposto à competitividade internacional.

“A política econômica do Bush aprofunda a perspectiva dos governos anteriores de estimular o crescimento da economia interna dos EUA naquilo que poderia ser estimulado: os setores imobiliário e militar. Porque nos setores de bens transáveis, não era possível, a economia vinha perdendo posições e desinvestindo”, continua. “Daí essa política de aplicar muitos re-

ursos no complexo militar e fazer vista grossa para todo um sistema financeiro e produtivo ligado ao crescimento desordenado do setor imobiliário. Apesar de a teoria econômica e os analistas norte-americanos já identificarem que estava se formando uma bolha imobiliária parecida com aquela que estourou no início dos anos 90, o governo segue até o final bastante indiferente a esse alarme”. No caso do setor imobiliário, os incentivos governamentais se expressavam, principalmente, em uma postura “bastante relaxada” em relação ao sistema de crédito a ele vinculado.

“A crise financeira de 2008, porém, pôs uma nota final em muitos aspectos da teoria econômica conservadora nos EUA”, completa Schincariol. Já em

2001, a conhecida crise no setor das telecomunicações refutara os argumentos dos analistas que, à luz do crescimento da década de 1990, previam o fim dos ciclos econômicos. “Uma parte da teoria, mais desavisada, falava que a invenção das telecomunicações havia criado uma nova situação, que evitaria as crises econômicas e os próprios ciclos econômicos”. Em 2008, algumas conclusões se impuseram: “a crise econômica é latente; quanto menor for a regulação do Estado, maior a probabilidade de crise; a economia dos EUA está exposta aos ciclos econômicos, que podem ser mais ou menos radicais, de acordo com a política econômica adotada; e, o mais importante, a economia não podia crescer tendo os setores imobiliário e militar como os setores dominantes”.

“Estamos vivendo, nestes últimos anos, as consequências diretas da exportação da crise americana para o resto do mundo. Nas manifestações de junho e julho eu não vi muita gente com bandeiras anti-imperialistas”, diz Loguercio. “Existe uma consciência muito baixa dos efeitos atuais da política econômica americana”

Na avaliação de Schincariol, com a eleição do governo Obama, implementou-se uma política econômica “bastante descoordenada e emergencial”. Os devedores e um conjunto de bancos foram culpabilizados pela crise, mantendo-se inatacada a lógica de desregulamentação do sistema financeiro. Registrou-se, na esteira da crise de 2008, uma significativa queda no valor dos imóveis e nas taxas de emprego, havendo uma transmissão da crise do sistema financeiro para a economia real como um todo. “A crise de 2008 se encerra com uma ampla participação do governo norte-americano na economia, via déficits fiscais e novamente aumento nos gastos miliares, já no governo Obama, apesar de ser um governo democrata, encerrando assim, de forma bastante contundente, a hegemonia do pensamento liberal nas interpretações sobre as potencialidades do capitalismo

norte-americano”.

Nesse quadro, a partir de uma perspectiva feminista, Miriam Nobre, militante da Marcha Mundial das Mulheres e mestre em Integração da América Latina, chama a atenção para o peso de que ainda goza a direita estadunidense (que se expressaria, por exemplo, na imposição da heteronormatividade e na tentativa de criminalização do aborto) e para a forma como ela se projeta sobre o resto do globo. “Essa direita evangélica, em articulação com a direita católica, tem os seus instrumentos de atuação internacional, para ganhar presença internacionalmente, inclusive com objetivos econômicos. Essa ofensiva conservadora é ponta de lança de uma renovação do capitalismo nos EUA”. A presença contemporânea da superpotência no exterior seria percebida, ainda, nos avanços sobre os recursos naturais e na criação de uma ideologia em torno da “economia verde”, apresentando a financeirização da natureza como alternativa para a saída da crise.

“Mas nem tudo está perdido, porque há muitos movimentos sociais”, relativiza Miriam. “Todo mundo sabe que nos EUA tem muita luta social, mas em geral os grupos são fragmentados, localizados, atuam sobre a realidade local. Isso, por uma longa história de opções metodológicas e políticas, mas também pelas limitações colocadas por esse enorme Estado policial, que tem quase um espião para cada militante, e por um processo de cooptação que passa por recursos do Estado para organizações locais”.

Para Edgardo Loguercio, a situação dos EUA hoje enseja uma reflexão sobre a “potência da decadência”, isto é, “sobre a decadência

como elemento de deslocamento das relações internacionais e sobre a maneira pela qual ela cria um cenário de perspectivas de transformação, pela rebelião das forças produtivas, das classes oprimidas em diferentes lugares do mundo”. Correspondente da agência de notícias Xinhua no Brasil, Loguercio é mestre em Integração da América Latina. Considerando o que seriam os impactos econômicos da crise estadunidense em outras economias nacionais, inclusive a brasileira, assim como as manifestações de rua que tiveram lugar em diversos países, Loguercio propõe uma síntese: “Estamos vivendo, nestes últimos anos, as consequências diretas da exportação da crise americana para o resto do mundo. Assim como os EUA atravessaram o processo de se tornar o centro econômico mundial, do começo do século até concretizar isso nas primeiras décadas do pós-guerra, hoje em dia, eles encarnam o centro da crise mundial e exportam a crise”.

Esse cenário imporia um problema fundamental para a esquerda: a necessidade de criar condições para que a sociedade tenha clareza a respeito da política estadunidense. “Nas manifestações brasileiras de junho e julho eu não vi muita gente com bandeiras anti-imperialistas. Existe uma consciência muito baixa dos efeitos de todo esse processo histórico e dos efeitos atuais da política econômica americana”. Na avaliação de Loguercio, apenas a construção de um programa que assimile as experiências históricas e, ao mesmo tempo, enseje novas ferramentas políticas poderá reverter esse quadro, oferecendo uma resposta à altura da “terrível potência destrutiva” da decadência dos EUA.